

RESENHA

Dr. Márcio Quaranta Gonçalves
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
mlqg0207@hotmail.com

CIRLOT, Victoria; GARÍ, Blanca. *La mirada interior: Escritoras místicas y visionarias em la edad media*. Madrid: Siruela, 2008. 290p.

Árvores em posição invertida, torrentes e arroios a fluir, imagens ternárias, loucura aparente, êxtases místicos emotivos, metanoia, setas que perfuram corações, Jesus como mãe, a ferida em seu flanco como portal para o desconhecido, amor sem razão, fluxos de luz, trevas, amor ao nada, fuga do eu, aniquilamento da alma, união com Deus... Na Idade Média, algumas mulheres escreveram e falaram sobre o lhes sucedia no espaço de sua experiência interior (onde encontravam a Deus), e demonstraram a unidade de alma e corpo. Suas experiências místicas descritas formam um tesouro da espiritualidade da Europa Ocidental. O livro situa-as no contexto de sua época, mundo e cultura, e traz sua mensagem aos dias de hoje: Hildegarda de Bingen e sua faculdade visionária; Hadewijch de Antuérpia, Beatriz de Nazaré e Matilde de Magdeburgo: a beleza de sua visão poética; Ângela de Foligno, e a intensidade de sua própria experiência mística; Margarida de Oingt, com seu universo simbólico; Margarida Porete e Juliana de Norwich: a profundidade de seu conhecimento teológico.

No século XII, a via cisterciense convidava à introspecção, a conhecer o “homem” interior, a completar a experiência humana pelo caminho da união com Deus; nos mosteiros femininos, a mais atualizada interpretação do Cântico dos Cânticos, com linguagem erotizada, propunha a monja como esposa de Cristo, em um amor místico de caráter epitalâmico, caminho de aperfeiçoamento e de renovação interior. No ambiente laico, os trovadores cantavam a imagem do amor à sua dama, em língua vulgar; os dois tipos de amor permutaram formas, vocábulos e expressões. No campo religioso, o discurso feminino sobre a experiência espiritual, mística ou visionária, foi proferido em latim ou nas línguas vulgares. Na mística feminina, o amor a Deus não é impossível: seu discurso consiste em um desejo que, quanto mais se realiza, mais se intensifica, e cujo objeto é a alteridade absoluta: Deus é o Outro. Sua primeira figura, com escritos em latim, ajudada pelo monge Volmar, seu confessor, foi Hildegarda de Bingen, autora de “Scivias”, “O Livro dos Méritos da Vida” e “O Livro das Obras Divinas”, cujas visões não provinham da meditação nem do êxtase, e sim da livre imaginação criativa. Ela abriu o espaço místico na Europa, diversificado no século XIII, em que os escritos passaram a contemplar a própria união mística. O latim cedeu espaço às línguas maternas, o conteúdo dos textos convidava a um diálogo renovador. Brotou uma nova forma de experiência religiosa: as “mulieris religiosae” ou beguinhas, cuja vida religiosa ocorria fora dos conventos; não submetidas às regras das ordens, experimentavam novas formas de devoção e práticas, exercitavam intensamente técnicas ligadas ao autoconhecimento e à autoanálise, eram tidas como santas vivas, mestras e profetas. Falavam e atuavam publicamente: sua própria experiência, o carisma da palavra revelada, autorizava-as a ensinar, a falar de Deus quando falavam de si mesmas. Havia também as reclusas, que viviam emparedadas em celas contra os muros das igrejas nas cidades, e adquiriram notória influência (Juliana de Norwich): acudia-se a elas em busca de ensinamentos e conselhos. Em geral não monjas, obedeciam a regras. A nova espiritualidade centrava-se no Amor, em Cristo.

As renovadoras da mística religiosa européia cultivavam boas relações com membros das ordens mendicantes (franciscanos, seu ramo feminino, as clarissas, e dominicanos), e mantiam laços estreitos com as comunidades femininas cistercienses, em especial no século XIII; muitas mulheres viveram os dois modos de vida, educando-se entre beguinhas antes de se consagrarem monjas (Beatriz de Nazaré), ou viveram muitos anos como “mulieris religiosae”, para encerrar a vida em

conventos (Matilde de Magdeburgo). As beguinhas criaram novas formas de vida, no seio da própria família, sós, junto a uma companheira, em pequenas comunidades urbanas independentes; às vezes cuidavam de hospitais, levavam vida mendicante ou itinerante; e valorizavam a simplicidade. Algumas comunidades cresceram e se governaram por seus próprios estatutos, até se converterem em paróquias. O papa Honório III autorizou-as a formarem pequenas comunidades e viverem em casas comuns, mas elas sofriam calúnias por quem colocava em dúvida sua ortodoxia. Entre monjas e beguinhas, despontaram escritoras que descreviam as suas experiências místicas em obras redigidas em língua vulgar, banhadas pela mística do amor cortês: a beguina Hadewijch de Antuérpia, autora de cartas, poemas e do “Livro das Visões” (com a lista de “perfeitos”); a monja cisterciense Beatriz de Nazaré e seus vários tratados, como “Os sete modos de amor” (Hadewijch e Beatriz propagaram conceitos como fúria de amor, gratuidade do amor, afundamento da alma em Deus); Matilde de Magdeburgo, beguina, que escreveu “A Luz Fluida da Divindade” (com sua mística da caída suave), provavelmente citada na “Comedia” de Dante, influenciou o pensamento de mestre Eckhart.

Entretanto, havia desconfiança perante a novidade, ainda mais protagonizada por mulheres, e uma possível ameaça à ordem religiosa e social. Sua forma de vida, as práticas devocionais e de êxtase levaram-nas a um conflito com as instituições eclesiásticas. Na segunda metade do século XIII, a oposição aumentou; diversas investigações foram levadas ao Concílio de Lyon (1274), que discutiu resoluções contra as beguinhas. Elas escapavam ao controle das instituições socialmente pensadas para mulheres: o matrimônio e o mosteiro. Tentou-se institucionalizar o beguinato, enclausurar suas seguidoras, dirigi-las através das ordens mendicantes; condenado, ele ainda se manteve nos séculos XIV e XV, sujeito a perseguições periódicas. Nesta fase, destacaram-se Margarida de Oingt, priora de um mosteiro de cartuxas próximo a Lyon, que redigiu a “Página de Meditação”, descrição dos tormentos sofridos por Cristo na Paixão, “O Espelho” (o corpo de Cristo como espelho, a Trindade figurada em três cores), e cartas; Ângela de Foligno, terciária franciscana, “louca de Deus”, ditava relatos, em umbro, de suas experiências a seu confessor (que as lavrou em latim); Margarida Porete, beguina clériga (conhecidora de teologia e da via negativa), com seu “O Espelho das Almas Simples”, dividiu as opiniões dos membros da Igreja, teve seu livro queimado em praça pública; condenada pela inquisição (caso intrigante, ligado ao dos Templários), acabou queimada em praça pública, em 1310 (sua rejeição das visões pode ter contribuído para isso). Seu livro foi traduzido para várias línguas (inclusive o latim) e influenciou as idéias de Mestre Eckhardt. No final do século XIV e início do século XV, a enclausurada Juliana de Norwich descreveu suas próprias visões extáticas em duas versões (a segunda mais completa): profundamente cristocêntrica, via Cristo na cruz como uma mãe a parir um novo homem.

Essas mulheres responderam a uma crise religiosa em que se procurava o conhecimento experiencial de Deus, manifestado nelas, os seres mais inferiores e frágeis na escala medieval de valores. (Deus havia se humilhado na Encarnação, o que permitia assimilar as mulheres a Cristo.) Talvez tenha sido na Europa que se viveu pela primeira vez, no âmbito teológico, a exigência de fundar o conhecimento na experiência, nos sentidos. A teologia era domínio do masculino e da alta cultura; a experiência mística, do feminino. A partir de um acontecimento extraordinário, essas mulheres despertavam para a consciência de seu destino. A ruptura coincidia em geral com o início de uma escritura ou de um relato oral. A partir da primeira iluminação e “conversão”, começa o testemunho da experiência consistente de sua união com Deus. Na meditação, visualizavam-se os passos da paixão; a representação através da arte das miniaturas, esculturas e pinturas constituiu um ponto de apoio. E os homens as escutavam, abriam mão de seu saber teológico.

As mulheres sentiam necessidade de escrever sobre sua experiência mística. Seus textos surgiam da impossibilidade de transmitir de outro modo seu conhecimento; monges as estimulavam e as ajudavam a escrever (Henrique de Halle com Matilde de Magdeburgo, o Frade A. com Ângela de Foligno); outras escreviam sozinhas (Hadewijch e Beatriz, em holandês, Margarida de Oingt em

franco-provençal e latim, Margarida Porete em francês, Juliana em inglês). Margarida Porete e Hadewijch utilizaram expressões de origem trovadoresca, dissolveram fronteiras entre os modelos laico e eclesiástico; textos foram traduzidos ao latim para apagar as pistas do discurso laico do amor (casos de Beatriz, Matilde, Margarida Porete). A escritura partia de um sucesso experimentado por um eu que já existia na cultura do século XII. A tendência a escrever em língua vulgar dá nova atenção ao indivíduo, que adquire um perfil próprio. A escritura mística se apresentou como gênero livre de convenções, espaço de liberdade para falar do inefável: a união com Deus. A alma amada busca ao seu esposo amado, Deus. A história da união de uma mulher e de Deus ocorre no interior de uma vida vivida por um sujeito. E o mundo de então reclamava vozes com autenticidade.

O Filho, o mais feminino dos homens, compreendia o amor dessas mulheres. Contemplar seu corpo nu ferido e crucificado despertava o amor por Ele. No corpo sofredor de Cristo, a mulher contemplava-se a si mesma. Reviver a Paixão era o objetivo fundamental das práticas meditativas das mulheres. Na mística feminina, o amor a Deus não é uma idéia, mas uma experiência terrível em que a alma arrasta o corpo a participar dela. Gozo e dor surgiam como as duas faces de uma mesma experiência que envolve o todo da pessoa. A ascese das místicas medievais não procedeu da condenação da própria carne; o sofrimento foi um modo eficaz de fazer presente o corpo em uma concepção de pessoa como uma, não dividida.

Na Idade Média o interesse pela vida de uma pessoa derivava de seu caráter exemplar. O gênero hagiográfico foi cultivado para narrar a vida de santos (indivíduos a serem imitados); era como reproduzir a vida de Cristo, repetir um gesto arquetípico do Antigo ou Novo Testamento. O santo não agia, sofria os acontecimentos. As biografias informavam sobre as práticas das “mulieris religiosae” de forma diferente das hagiografias tradicionais. A primeira pessoa da mulher, latente na narração, por vezes irrompe com audácia. Os biógrafos, muitas vezes confessores e admiradores das mulheres, usavam apontamentos autobiográficos (como os de Hildegarda e Beatriz), baseavam-se em notas prévias preparadas por suas companheiras, ou em notas biográficas dos seus confessores (Ângela de Foligno). Na vida de Hildegarda, o monge Teodorico de Etternach inseriu o testemunho autobiográfico da santa, assim como o capelão de Nazaré na vida de Beatriz, à qual acrescenta em latim uma obra que se conservou na língua original: “Os sete modos de Amor”. As vidas eram escritas durante a própria existência da hagiografada ou pouco após a sua morte. O fato de esses hagiógrafos terem insistido em descrever as práticas ascéticas das mulheres, mostra o fascínio que sentiam os homens capazes de compreendê-las, embora à sua maneira.

A escritura feminina das místicas e visionárias surgiu em lugar de um desejo, insaciável, do tudo que é nada; seu percurso terminava invariavelmente em sua aniquilação, seu esvaziamento, em um lugar onde não se sentia nem gozo nem dor, onde o eu fora vencido, a alma e o corpo se uniam, para alcançar o ser de Deus. Em suma, a união amorosa tomava a forma da união mística com Deus.